

## SUMÁRIO

Apresentação .....	11
--------------------	----

### O IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NAS TUTELAS CONCESSIVAS DE MEDICAMENTOS

ANDRÉ CASTRO CARVALHO, 13

Introdução .....	13
1. Premissas Garantistas e Premissas Restritivas .....	15
2. O Custo da Saúde .....	17
2.1. Dinâmica Sanitária Brasileira .....	17
2.2. Questões Orçamentárias da Saúde no Estado de São Paulo .....	19
2.3. Ordenamento Sanitário e o Problema da Maximização dos Benefícios Sociais .....	21
3. O Jogo do Ativismo Judicial: A Teoria dos Jogos no Caso das Tutelas de Medicamentos .....	23
4. Medicamentos, Fazenda Pública e as Tutelas Individuais ...	26
5. Propostas .....	29
5.1. "Hard Cases" .....	29
5.2. Administrativização ou Coletivização na Alocação dos Recursos Públicos .....	32
5.3. A Reserva do Possível, Tripartição de Funções e a Responsabilidade do Judiciário .....	34
5.4. Algumas Considerações com Relação às Propostas Apresentadas .....	36
Conclusão: Nossa Proposta .....	39
Bibliografia .....	43

### ESTADO DE DIREITO E ATIVISMO JUDICIAL

ANDRÉA ELIAS DA COSTA, 47

I. Introdução .....	47
II. O Nascimento do Estado de Direito .....	48

III. O Ativismo Judicial .....	52
IV. Conclusão .....	58
Bibliografia .....	59

### ATIVISMO JUDICIAL E ESTADO DE DIREITO

CARLOS EDUARDO DIEDER REVERBEL, 61

Introdução .....	61
1. Essência do humano: a natural sociabilidade .....	61
2. Os princípios do Estado de Direito .....	63
3. Estado de Direito e os sistemas jurídicos .....	65
4. O sistema romano-germânico e o princípio da legalidade jurídica devida .....	67
5. O sistema da <i>common law</i> e o princípio do processo jurídico devido .....	69
6. A contribuição de McILWAIN ao Estado de Direito: <i>jurisdictio y gubernaculum</i> .....	71
7. Estado de direito e de democracia: os problemas do ativismo judicial .....	73
Conclusão .....	74
Bibliografia .....	75

### UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE A RELAÇÃO ENTRE

#### ESTADO, DIREITO E POLÍTICA

FRANCO AURÉLIO BRITO DE SOUZA, 77

1. Palavras Iniciais .....	77
2. Estado (Democrático) de Direito: Singularidade e Desenvolvimento .....	77
3. A Jurisdicização da Política .....	84
4. A Judicialização da Política .....	85
5. A Judicialização do Poder Judiciário .....	87
6. Considerações Derradeiras .....	89
Referências Bibliográficas .....	93

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL,  
ESTADO DE DIREITO E ATIVISMO JUDICIAL**  
GABRIEL DIAS MARQUES DA CRUZ, 95

1. Introdução e Síntese da Abordagem .....	95
2. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ....	96
2.1. Fatores Históricos .....	98
2.2. Fatores Processuais .....	100
3. Estado de Direito e Separação de Poderes .....	101
4. Caracterização do Ativismo Judicial .....	104
5. Conclusões: Supressão da ADPF, Estado de Direito e Ativismo Judicial .....	108
6. Referências .....	111

**A RESPONSABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO  
FRENTE AO ATIVISMO JUDICIAL**

JOÃO CARLOS NAVARRO DE ALMEIDA PRADO, 115

1. Tipologia da responsabilidade por atos judiciais .....	115
2. A separação dos poderes como garantia de independência do Poder Judiciário .....	117
3. A atuação do Poder Judiciário na temática das políticas públicas .....	121
4. A responsabilidade política .....	125
5. A responsabilidade civil por atos judiciais na Constituição de 1988 .....	129
6. A responsabilidade administrativa .....	130
Conclusão .....	132
Referências bibliográficas .....	133

**ENTRE KELSEN E HÉRCULES: UMA ANÁLISE JURÍDICO-FILOSÓFICA  
DO ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL**

JORGE OCTÁVIO LAVOCAT GALVÃO, 135

I. Introdução .....	135
II. Kelsen e Hércules: Uma União Instável? .....	138

III. Críticas Teóricas ao Ativismo Judicial no Brasil .....	145
IV. Conclusão .....	152
Referências Bibliográficas .....	153

**ATIVISMO JUDICIAL: UM CAMINHO PARA CONCRETIZAÇÃO  
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**  
JULIANO RALO MONTEIRO, 157

Considerações iniciais .....	157
1. O Estado Democrático de Direito e a separação de poderes .....	160
2. As bases do ativismo judicial no Brasil .....	162
3. O ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal .....	166
4. Críticas ao ativismo judicial .....	169
5. Superação do liberalismo e do conservadorismo dentro do ativismo judicial: a terceira via! .....	171
6. Conclusão .....	173
7. Referências .....	174
Bibliográficas .....	174
Publicações periódicas .....	175

**EFEITOS DO JULGAMENTO E COISA JULGADA EM AÇÕES  
DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE:**  
ATIVISMO JUDICIAL NÃO DECLARADO  
LUCAS CATIB DE LAURENTIIS, 177

I. Introdução ao tema .....	177
II. Coisa julgada, pressupostos e efeitos .....	178
III. Ação Declaratória de Constitucionalidade, julgamento e efeitos .....	183
IV. O ativismo judicial na determinação de efeitos da decisão de acolhimento de Ações Declaratórias de Constitucionalidade .....	191
V. Conclusão .....	196
VI. Referências Bibliográficas .....	197

O PAPEL POLÍTICO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

MARCELA GIORGI BARROSO, 199

O Supremo Tribunal e o Conteúdo da Constituição .....	203
Os Direitos Humanos .....	207
O Papel Político do STF na Efetivação dos Direitos Humanos .....	209
Conclusão .....	211
Bibliografia .....	211

ATIVISMO JUDICIAL ALÉM DO PEDIDO NA CAUSA: PROGRAMA  
POLÍTICO-IDEOLÓGICO DA MAGISTRATURA

RODRIGO PEREIRA DE MELLO, 213

ATIVISMO OU ALTIVEZ? O OUTRO LADO DO STF

SAUL TOURINHO LEAL, 219

ESTADO DE DIREITO E ATIVISMO JUDICIAL

STANLEY BOTTI FERNANDES, 233

Introdução .....	233
Estado de Direito .....	234
Perfil do Judiciário na Modernidade .....	235
O Início de Uma Nova Visão .....	239
O <i>Welfare State</i> .....	243
Ronald Dworkin e os princípios jurídicos .....	246
Considerações Finais .....	248
Referências .....	250